

ASPECTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE IGNÁCIO RANGEL

RODRIGO L. MEDEIROS¹

Introdução

Ignácio Rangel é, ao lado de Celso Furtado, um dos maiores analistas do desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XX. Sem o reconhecimento internacional de Furtado, Rangel é, sem sombra de dúvidas, um dos mais criativos pensadores econômicos brasileiros. Dotado de um perspicaz senso crítico, Rangel tem um percurso profissional e intelectual bastante interessante: militante do Partido Comunista Brasileiro entre 1936 e 1948, preso durante o Estado Novo por dois anos, membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 1950, o célebre economista encerrou sua carreira profissional de servidor público no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1976. Poucos foram, segundo Bresser-Pereira & Márcio Rêgo (1993), os cientistas sociais que estudaram a economia brasileira como Ignácio Rangel.

Este artigo buscará ressaltar apenas alguns aspectos do pensamento econômico de Ignácio Rangel. Para tanto, utilizar-se-á três textos do autor (Rangel, 1986; 1987; 1990). Intelectual exemplar que sempre primou pelo bom trato da coisa pública, as idéias de Rangel influenciaram tanto os grandes debates nacionais como um considerável número de renomados economistas e intelectuais brasileiros.

¹ Professor da Universidade Gama Filho e Doutorando (UFRJ/COPPE/PEP).

A inflação brasileira após o Programa de Metas

O governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-61) havia mudado a fisionomia do Brasil. A acumulação industrial do Programa de Metas prosseguiu liderado pela industrialização pesada, com uma concentração crescente no espaço paulista, o que provocou vários conflitos entre as burguesias cafeeira e industrial por causa da política de câmbio múltiplo, que prejudicava a primeira e beneficiava a segunda. O Rio de Janeiro, por sua vez, continuou como o centro intelectual do projeto nacional-desenvolvimentista. Os efeitos multiplicadores do Programa de Metas na economia brasileira foram imensos (Jaguaribe, 2003). A atuação dos Grupos de Executivos e do BNDE, as encomendas da Petrobrás à indústria naval e ao setor de bens de capital, a siderurgia, a mineração e a metalurgia em Minas Gerais, os desdobramentos regionais dos projetos da Vale do Rio Doce, a construção de estradas foram centrais no apoio à classe industrial brasileira. No Nordeste, os trabalhos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob a direção de Celso Furtado, sinalizavam novos tempos.

Apesar das dificuldades, o Programa de Metas foi executado e seus resultados manifestam-se na transformação da estrutura produtiva nacional. O governo Kubitschek, que soube mobilizar com maestria a herança de Vargas e elevar a auto-estima do povo brasileiro aos desafios da época, realizou-se em condições democráticas, com liberdade de imprensa e tolerância política. A taxa de inflação que em 1956 foi de 12,5%, no final do governo Kubitschek, elevou-se para o patamar de 30,5%. A Nação, por sua vez, obteve um crescimento econômico médio de 8,1% ao ano. Apesar das pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI), que já advogava o “equilíbrio fiscal” e o Estado mínimo para o Brasil, e de setores conservadores da vida brasileira, Kubitschek conseguiu elevar o PIB nacional em cerca de 143%. E tudo isto ocorreu em um contexto marcado por déficit de transações correntes que atingiu 20% das exportações em 1957 e 37% em 1960, o que ampliava a fragilidade externa e fazia declinar a condição de solvência da economia brasileira. No entanto, foi graças ao controle de câmbio e

ao regime de incentivos criados que as importações de bens de consumo duráveis foram contidas.

No início da década de 1960, emergiu a necessidade das Reformas de Base para adequar o País a sua nova realidade de desenvolvimento. A educação, a estrutura da terra, a administração pública, o sistema financeiro, o controle estatal sobre a remessa de lucros das empresas estrangeiras, a tributação deveriam ser objetos de reformas para que o desenvolvimento pudesse ser distribuído de forma mais eqüitativa e gerasse, por sua vez, um impulso endógeno para um novo ciclo de desenvolvimento. Na época, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) constatava que o desemprego, a concentração de renda, a pobreza e o estrangulamento externo no balanço de pagamentos advinham de fatores estruturais latino-americanos de caráter interno e externo, cabendo ao Estado Nacional planejar e executar reformas institucionais para viabilizar o desenvolvimento (Bielschowsky, 2000).

O Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, então ministro do Planejamento, em 1962, reconhecia que o desenvolvimento contínuo com inflação moderada só seria possível pela superação dos “pontos de estrangulamentos” institucionais. Furtado empreende um esforço de transmitir a intenção governamental de realizar, em um futuro próximo, as Reformas de Base, tidas como indispensáveis para a eficácia de um programa de desenvolvimento. O governo João Goulart encaminhava-se para um impasse, pois, além da instabilidade política e de uma inflação galopante, o País não demonstrava ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos credores internacionais uma disposição para adotar as receitas contracionistas liberal-ortodoxas. Pelo contrário, o presidente João Goulart levantava a bandeira da Lei de Remessa de Lucros.

Neste contexto, Ignácio Rangel mergulhou fundo no grande debate nacional. A inflação brasileira, observa Rangel (1986), não poderia ser administrada estritamente por políticas monetárias contracionistas ou estritamente pelo

desentreve dos pontos de estrangulamentos da economia. Seguindo a análise brilhantemente elaborada por Rangel em 1963, a capacidade ociosa do sistema produtivo brasileiro deveria ser avaliada mais profundamente. O Brasil sofria de insuficiência crônica de demanda gerada pela concentração de renda, pois se tratava de uma nação que havia feito uma “revolução industrial” sem antes efetivar uma reforma agrária distributiva. A concentração de renda no Brasil, por sua vez, provocava capacidade ociosa em diversos setores da economia. A inflação brasileira, portanto, devia ser encarada como inflação de custos médios e como um mecanismo de defesa da economia contra a recessão. De um lado, as grandes empresas, em especial aquelas que controlam a comercialização de produtos agrícolas, organizam-se em oligopólios, passando a aumentar seus preços como forma de defender seus lucros da insuficiência crônica de demanda. Este processo estende-se, em um próximo momento, aos demais setores da indústria, dos serviços privados e públicos. A inflação era a forma através da qual a economia nacional não ingressava em uma crise maior.

Ignácio Rangel, além de traçar um diagnóstico inovador do processo inflacionário brasileiro, propunha soluções para o desenvolvimento sustentado: “há de ser agora com a luta pela estruturação do capital financeiro nacional. É uma etapa a vencer, no caminho do desenvolvimento e da consolidação da soberania nacional” (Rangel, 1986, p.17). A luta pela construção de um sistema financeiro voltado para o investimento produtivo era defendida como mola central para dar sustentabilidade a nova fase de desenvolvimento nacional. Em um primeiro momento, entretanto, para reequilibrar a crise de demanda, o Estado deveria reabrir o redesconto, aumentando a quantidade de moeda em circulação, ao passo que se fazia o aumento dos salários reais. O Estado, através da intervenção na economia nacional, controlando os oligopólios e sendo o principal administrador do sistema financeiro voltado para o setor produtivo, seria a locomotiva do novo processo de acumulação.

No período que se estende de 1964 até 1980, o Brasil passou por um processo de acelerado crescimento econômico concentrador de renda financiado pelo imposto inflacionário. Entretanto, em nenhum momento, o País considerava a hipótese de retornar a uma posição agro-exportadora apoiada nas vantagens comparativas estáticas, nem mesmo uma operação de “arrumação da casa”, ao estilo do “equilíbrio macroeconômico” (Castro, 1993).

Entre 1930 e 1980, com, sem e contra Getúlio Vargas, o Brasil teve um projeto de desenvolvimento nacional. A produção industrial brasileira, entre 1938 e 1980, cresceu 26 vezes e o Brasil havia se transformado então na oitava economia do mundo (Rangel, 1987). A Era Vargas havia sido exitosa em industrializar o Brasil.

Rangel e a crise da dívida dos anos 80

A década de 1980 marca o fim de um longo e impressionante ciclo de crescimento econômico brasileiro. Na década de 1970, o rompimento do sistema de Bretton Woods por parte dos EUA, os choques do petróleo, o crescimento do endividamento externo brasileiro e a elevação, por parte do Federal Reserve (Fed), da taxa básica de juros nos EUA, que drenou recursos da periferia do sistema economia-mundo, a partir do final desta mesma década para defender a hegemonia do dólar, foram alguns dos ingredientes que ajudaram a afundar a economia brasileira em posteriores duas décadas medíocres em termos de desempenho econômico. Segundo David Harvey (2000, p.155-6), “a ruptura, em 1971, do acordo de Bretton Woods – de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar – foi um reconhecimento de que os Estados Unidos já não tinham condições de controlar sozinhos a política fiscal e monetária do mundo”. A potencialidade de crises financeiras e monetárias passava a ser maior do que antes.

O sistema dólar-flexível, por sua vez, aumentou a liberdade dos EUA variar sua paridade em relação às demais moedas das outras nações conforme sua conveniência pela simples movimentação de sua taxa de juros, influenciando a dinâmica da economia mundial. Este poder mostra-se ainda maior no caso da relação entre o dólar e as moedas fracas dos países periféricos que liberalizaram seus mercados. Para o Brasil, a crise do “padrão dólar” aprofundou o processo de associação explícita entre as elites liberal-internacionalistas locais e os capitais financeiros internacionais que tem levado o País ao desastre da “ciranda financeira”.

Durante a década de 1980, Ignácio Rangel surpreenderia novamente economistas e intelectuais brasileiros. A partir do diagnóstico formulado utilizando os arcabouços teórico-analíticos das “ondas largas” de Kondratiev e os ciclos breves de Juglar, Rangel passaria a defender um Estado gerencial capaz de intervir anticíclicamente. Rompendo com a dialética estatismo versus privatismo, Rangel assumiu claramente a posição de que era preciso ser, ao mesmo tempo, estatista e privatista. Ele pregava abertamente um novo pacto de poder, ou seja, uma reestruturação do Estado brasileiro:

O setor estatal perderá certas posições, mas ganhará outras, do mesmo modo como os ganhos que o setor privado está a pique de obter. O Estado deverá assumir certas posições estratégicas, no comércio exterior e no próprio aparelho de intermediação financeira. Essas mudanças se me afiguram propícias a uma intervenção mais eficaz e sistemática na economia, intervenção essa que irá predispondo o País para o planejamento de certos aspectos estratégicos (Rangel, 1987, p.29).

A “dialética da capacidade ociosa”, provocadora de inflação de custos médios, ainda encontrava-se presente nos argumentos de Rangel. A privatização dos serviços de utilidade pública era vista como forma de enfrentar a “dialética”, permitindo que novas tecnologias, já aprovadas alhures, pudessem ser incorporadas à economia brasileira. O combate à inflação, nesta perspectiva, estava atrelado ao estímulo ao investimento produtivo, pois, segundo Rangel, no

Brasil, a inflação evolui em contracorrente. Se a produção acelera, as empresas utilizam melhor sua capacidade instalada e os custos unitários de produção caem: “não cabem mais dúvidas quanto a isso, isto é, quanto ao fato de que a inflação integra a síndrome da recessão, o que quer dizer que mais recessão trará mais inflação” (Rangel, 1987, p.45).

Das “ondas largas” de Kondratiev, Rangel argumentava que o Brasil, assim como a América Latina, tinha que se preparar para enfrentar a fase declinante do Ciclo Longo, pois até mesmo os planejamentos econômicos nos então países socialistas estavam sendo afetados. Segundo Rangel (1990, p.33), “nos quinze anos subseqüentes à cesura do Quarto Kondratiev (1973-88), quase todos os países socialistas tiveram seu crescimento severamente desacelerado”. A proposta de Rangel para o Brasil seria estruturada da seguinte maneira:

Essas considerações sugerem a possibilidade de que mudanças institucionais adequadas possam trazer, a países como o Brasil, uma retomada enérgica do crescimento, ainda nestes seis ou oito anos finais plausíveis, da fase *b* do Quarto Kondratiev. Mais concretamente, o Brasil pode arquitetar um ambicioso plano de desenvolvimento, à base de investimentos nos grandes serviços de utilidade pública, pela aplicação de tecnologia já aprovada noutros países, e ao nosso alcance, à vista dos recursos acumulados na primeira etapa de nossa industrialização – principalmente até 1980 – de potencial e material claramente subaproveitado (Rangel, 1990, p.35).

Não se pode deixar de observar que Rangel concebia a concessão dos serviços públicos sendo financiada em moeda nacional. Do Longo Ciclo de Kondratiev (período variável entre 54 e 60 anos), que corresponde, aproximadamente, a seis ciclos de Juglar (de nove a dez anos), Rangel observava a necessidade dos gestores públicos em analisar minuciosamente as sucessivas regularidades nas conjunturas internacionais. O espaço de manobra para ação planejada do Estado brasileiro deveria concentrar-se a partir da análise dos breves ciclos de Juglar, ou seja, na estruturação de planos decenais. A experiência dos tigres asiáticos deveria ser objeto de análise dos planejadores brasileiros, pois eles vinham crescendo economicamente de forma acelerada a partir da abertura à aplicação

prática de tecnologia já amadurecida em outros países, os integrantes do Centro Dinâmico universal.

As inovações tecnológicas não se distribuem uniformemente no decurso do tempo e, ao contrário, tendem a concentrar-se, a agrupar-se, durante determinados períodos. A inovação requer a ruptura de uma série de resistências sociais à mudança dos métodos de produção. O efeito da introdução das inovações, por sua vez, está condenado a esgotar-se, visto que, com o tempo, as novas mercadorias advindas de tais inovações pressionam crescentemente os mercados, o que, junto ao ritmo também crescente de reembolso dos débitos pelos empresários inovadores, provoca tensões deflacionárias que reduzem as perspectivas de lucros e o ritmo de introdução de inovações. O planejamento estatal tem aqui função central para atenuar os efeitos recessivos dos ciclos.

Conclusão

Este artigo não pretendeu abarcar toda a complexidade do pensamento heterodoxo de Ignácio Rangel. Buscou-se apenas ressaltar como Rangel percebia que a ação planejada do Estado deveria voltar-se para a análise dos ciclos econômicos mundiais, com o intuito de otimizar a alocação interna de recursos públicos. Para tanto, as “ondas largas” de Kondratiev e os ciclos breves de Juglar foram instrumentos analíticos utilizados. Segundo Rangel (1990, p.43):

Estou convencido de que a lógica interna do Ciclo Longo responde tanto pela desaceleração, como pela aceleração [econômica]. Nenhum economista brasileiro que se preze pode ignorar que nossa industrialização começou nos anos 30, precisamente como uma resposta à Depressão Mundial, como se, por motivos não inteiramente estudados ainda, a vaga cíclica, ao chegar a nossas praias, tenha mudado de sinal – mas sem perder seu caráter de vaga cíclica.

Muito ainda poderia ser dito sobre a complexidade do pensamento econômico de Ignácio Rangel. Creio, no entanto, ser importante enfatizar que, em toda sua obra, Rangel revela seu engajamento intelectual no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Seu pensamento está voltado para a ação prática, ou seja, para a política.

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. MÁRCIO RÊGO, José. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: Revista de Economia Política. vol.13, n.2 (50), abr-jun de 1993.
- CASTRO, Antônio Barros de. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. In: SMITH, William C. et al. Democracy, markets and structural reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1993. p.183-213.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- JAGUARIBE, Helio. Para um novo modelo de desenvolvimento: uma aproximação histórico-sociológica. Rio de Janeiro: IEPES, 2003.
- RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. 5.ed. São Paulo: Biental, 1986.
- _____. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Biental, 1987.
- _____. O quarto ciclo de Kondratiev. In: Revista de Economia Política. vol.10, n.4 (40), out-dez de 1990.